

Terceiro, integra a historiografia agrária galega nas correntes da historiografia europeia que contestam a aplicação de um único modelo para avaliar as transformações que ocorreram na Europa contemporânea. E que têm salientado a resistência e capacidade de adaptação da agricultura familiar às diferentes conjunturas económicas.

DULCE FREIRE

*Carlos Fortuna, Identidades, Percursos, Paisagens Culturais*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

O livro de Carlos Fortuna *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais* tem, à partida, um inegável mérito. Faz-nos percorrer temas e problemas habitualmente arredados das discussões sociológicas, muitas vezes entendidos como objectos menores da atenção do investigador. Ora muitas dessas questões cunham as práticas sociais contemporâneas, quer as que agora emergem, como também aquelas que se recompõem. Sondar o domínio da «cultura expressiva», como assinala o autor logo na introdução (p. 1), é buscar o sentido da representação quotidiana das relações sociais, marcadas fortemente pelo contexto de intensa massifica-

ção das imagens mediáticas, e de valorização das formas de encenação das identidades e de revelação pública da individualidade.

É um domínio caprichoso. O autor alerta-nos para o facto de a «cultura contemporânea ser de forma crescente uma cultura expressiva, em que abundam práticas de externalização e de objectivação dos sentimentos, gostos e preferências dos sujeitos», «não deixando de ser também uma outra cultura de internalização, subjectiva e intimista». E conclui «A subjectividade e a auto-reflexão são terrenos de negociação dos sujeitos com a cultura objectiva que os cerca e interpela» (p. 1).

Mas, afinal, o que há aqui de novo e de reconfiguração? É que à ideia de que estamos perante uma indiscutível novidade poderemos sempre contrapor que, no domínio das práticas sociais, na actualidade recente, apenas foram apuradas as formas de desempenhar papéis em público graças a uma amplificação acústica e visual, performativa, derivadas do valor social que o alargamento massificado de um mercado de receptores das mensagens permite.

Será que a generalização da imagem enquanto estratégia comunicacional, o apelo à participação de todos na produção de eventos, na consumação dos bens social e simbolicamente relevantes, está (ou não) a contribuir para a edificação de um novo mundo, ou antes de uma nova humanidade?

O que é inegável, tenha-se uma visão depreciativa do que para muitos

é luz, cor e som em excesso ou para outros é apreciadamente um novo tempo de liberdade em emergência, é que se vem efectivando uma alteração das escalas de referenciação individual e colectiva, das formas de abordagem das velhas questões estruturantes da vida social, sejam elas a família, o trabalho, as perspectivas face ao (uso do) tempo de vida e à morte.

As fronteiras, como salienta Carlos Fortuna, numa sociedade e numa cultura que se globalizam, «não estão apenas em movimento contínuo, mas são também elas objectos mágicos, fruto de construções simbólicas, por vezes mesmo fantasiosas e caóticas» (p. 2). Contudo, importa questionar se este sentido vanguardista que é vivido em circuitos sociais mais ou menos bem definidos e transmitido através de sistemas de comunicação poderosos servirá antes de mais para legitimar uma ideologia da globalização reificadora das formas de dominação social efectivas (do capitalismo e da cultura norte-americana) ou tenderá a ser espalhada democraticamente como uma nova cultura (em rede!) da cidadania. Fará ainda sentido recorrer às velhas preocupações dos mais críticos da escola de Frankfurt que nos anos 60 e 70 falavam da «fantástica ilusão» que a sociedade capitalista edificava? Ou às imagens do admirável mundo novo de Huxley, que cativaram várias gerações, em que o embuste de uma revolução técnico-biológica, alicerçada numa revisão identitária à escala planetária,

seria desenvolvido com o intuito totalitário da construção da sociedade perfeita<sup>1</sup>?

E no meio de tanto onde se deve colocar o sociólogo? É mais um observador especializado das ocorrências contemporâneas, alguém dotado para a escrita e para a fala e que sobre a vida escreve e discorre, ou é alguém que procura reflectir à distância, em digestão lenta (logo, fora dos ritmos dos *flashes* noticiosos), acerca do que corre rápido? Ou ainda outra coisa entremeio? É também esta mais uma questão que salta para a ribalta na leitura deste livro do sociólogo da Faculdade de Economia e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

---

<sup>1</sup> Num prefácio de 1946, quinze anos após a primeira publicação do seu romance *Admirável Mundo Novo*, Aldous Huxley deixa-nos uma excelente reflexão acerca do perigo de um futuro totalitarismo em muito diferente do então conhecido. Não nos foi possível resistir à sua actualidade; por isso transcrevemos (apenas) a sua conclusão: «[...] a menos que nos decidamos a descentralizar a ciência aplicada, não com o fim de reduzir os seres humanos a simples instrumentos, mas como meio de produzir uma raça de indivíduos livres, apenas podemos escolher entre duas soluções. Ou um certo número de totalitarismos nacionais, militarizados, tendo como base o terror da bomba atómica e como consequência a destruição da civilização (ou, se a guerra for limitada, a perpetuação do militarismo), ou um único totalitarismo internacional, suscitado pelo caos social resultante do rápido progresso técnico, em geral, e da revolução atómica, em particular, desenvolvendo-se, sob a pressão da eficiência e da estabilidade, no sentido da tirania-providência da utopia. É pagar e escolher» (p. 18, versão portuguesa, Livros do Brasil, col. «Dois Mundos», n.º 25).

graças aos sedutores temas que têm constituído as linhas das suas mais recentes investigações.

Numa primeira parte, intitulada «Identidades», é encetada uma reflexão que passa pela redefinição das identidades desterritorializadas num contexto de translocalidade, que se estende progressivamente a franjas sociais mais alargadas, em ritmo de generalização fulgurante. Aqui a questão da localização do observador é central. O autor advoga o pressuposto de que todos somos translocais, «no sentido em que somos todos engendrados a partir dos mais híbridos campos de possibilidades, locais, globais, temporal, espacial ou afectivamente constituídos, e só cultural e volitivamente buscamos ancoradouros para as nossas identidades» (p. 12), e remete-nos para o que designa pela falsa questão do universalismo/particularismo, alertando-nos para o facto de «o nosso local poder ser o universo e o nosso universo pode ser o local, na certeza, porém, de que nem um nem o outro vivem sem o seu (falso) oposto» (p. 13).

Nessa lógica, a ideia de paisagens culturais, promovidas por «uma economia-mundo capitalista que se alarga até ao mais remoto lugar» (p. 13) num efeito em rede que abrange todo o globo, que ganha centralidade e se impõe numa lógica de dominação totalizante, é crucial. Mas, complementarmente, e pensamos nós que em conflito na redefinição do conteúdo das mensagens dominantes, à emergente «cultura global» (p. 15), veiculada predominantemente e, segun-

do Carlos Fortuna, em «desvinculação das matrizes sociais e situacionais específicas em que possam ter sido fundadas» (p. 15), afirmam-se formas de resistência «de sujeitos, grupos e movimentos sociais à descaracterização cultural» (p. 16), o que não passa, afirma ainda, de «uma reinvenção da autenticidade da sua matriz cultural».

Não nos parece, contudo, que a desterritorialização da cultura global provoque «a descaracterização cultural dos seus agentes promotores, ao mesmo tempo que não permite detectar com rigor o estatuto identitário dos seus receptores» (p. 15), na medida em que a dita desterritorialização significa o alargamento das áreas sujeitas à lógica dominante da «cultura global», e daí que se reterritorializem os princípios conformes a essa cultura, que se fortalece, assim como os seus promotores, ao permitir a especificidade local que não adultere a forma de ordenação a defender.

É o caso, já clássico na sociologia, estudado por George Ritzer, da difusão de um modelo de organização da empresa de «cultura global» — a cadeia McDonald e a consequente «mcdonaldização». Esta deixa as suas marcas territoriais por todo o mundo, fazendo não só aderir um número crescente de iniciados identificados com essa prática alimentar, como ainda promove uma forma de relação social lúdica entre gerações — «aqui você pode comer com as mãos» — que, em associação com a *Coca-Cola* que se bebe e com as diversões tipo Disney, «deixe a criança

brincar enquanto come também», localiza em territórios pães de referências identitárias práticas tendencialmente universais e reconhecíveis pelos seus receptores, independentemente da sua origem nacional e da sua posição social.

A questão que queremos deixar à reflexão, que a leitura deste capítulo nos colocou, tem a ver com a perpetuação da lógica de dominação, que é finalmente económica e que se baseia na possibilidade de alargar a mais gente e em maior quantidade os consumos, de forma a garantir o feto último do princípio que alicerça o mercado capitalista: o lucro.

Ora o contexto económico, político e cultural em que vivemos nas mais recentes décadas, e já que o objectivo é o alargamento dos mercados, passa por satisfazer as «necessidades», e daí que a promoção dessa lógica da cultura global implique a incorporação da novidade permanente, fazendo uso das autenticidades promovidas localmente e dando a um maior número de indivíduos acesso a esses bens socialmente valorizados. Consequentemente, alarga-se o campo de experiência e de experimentação, operacionalizando a condição translocal dos sujeitos, entendida por Carlos Fortuna como «o facto de se estar e viver ao mesmo tempo no (e para além do) espaço e tempo identitários» (p. 21).

Um simples exemplo da potencialidade da proliferação de experiências parece estar na possibilidade simultânea que temos de materializar a relação com as especificidades territoria-

lizadas (na ideia de poder lá ir, veja-se a questão do turismo tratada em capítulo posterior), mas também de concretizar essa experiência no nosso espaço doméstico, seja pelas recordações de viagem, como pela hipótese de trazer para casa nas compras de supermercado todo o tipo de produtos específicos, étnicos, naturais, culturais, ou de ter o planeta (e o resto) à beira do sofá nos vários ecrãs domésticos.

Por aqui entra, porém, a questão da condição social. A possibilidade de objectivar esta relação translocal não é vivida de forma equitativa em todos os meios sociais. Pré-requisitos de capitalização cultural, para já não falar de outros, limitam não só o acesso aos bens, como, quando esse acesso é possível, se faz através de escolhas que não conduzem a experiências comparáveis em termos do seu uso/usufruto.

No capítulo 2, o autor persegue ainda as questões identitárias, mas agora em torno das cidades. Inicia a sua reflexão a propósito da possibilidade que a cidade tem conferido historicamente de libertar as populações dos campos que lhe acorrem dos jugos pré-modernos e aplica o conceito de destruição criadora de Schumpeter (p. 24) a esta questão. Homologamente à forma como o sistema capitalista está sujeito a uma «revolução permanente, feita a partir de dentro, da sua estrutura produtivo-organizativa que, incessantemente, destrói a sua antecessora e dá origem a uma nova» (pp. 120-121), também as «identidades sociais estão sujeitas a

um processo de incessante redefinição dos traços identitários matriciais e de auto-avaliação pública dos sujeitos» (p. 24).

E, como «a cidade é a imagem alegórica da sociedade» (p. 27), essa primeira tem no seu espaço público um cenário primordial das relações sociais contemporâneas. O autor parte ao encontro das ruínas da cidade e da transfiguração do quotidiano (p. 29), dos monumentos e do passado indeterminado (p. 36), dos museus e da autenticidade (p. 40), e ilustra com os usos sociais que estas realidades físicas sofrem nas cidades contemporâneas uma dinâmica mais ampla de mercantilização dos objectos constituídos como bens de valor estético, à qual o património da cidade histórica não escapa.

Uma segunda parte do livro, intitulada «Percurso», concentra dois capítulos. Um (capítulo 3) dedicado ao «Turismo, autenticidade e cultura urbana — trajecto teórico», com paragens em Évora e Coimbra, e outro (capítulo 4) relativo a «Estradas e santuários — percurso sócio-religioso dos peregrinos-caminhantes a Fátima».

No primeiro deles, recorrendo a uma vasta moldura de referências bibliográficas, situa-nos nas discussões acerca da relevância do tema turismo e das formas como o objecto turista é entendido. Esta questão torna-se particularmente polémica quando o autor assinala a sobreposição de papéis dos turistas e dos etnólogos (p. 61), havendo apenas a evidenciar que «o que distancia o etnólogo do turista é ape-

nas o «excesso» de consciência que o primeiro tem do seu papel e da sua experiência». E, recorrendo à interpretação de MacCannell, afirma que este entende «que a motivação principal dos turistas é a procura genuína da autenticidade, como experiência espontânea e culturalmente enriquecedora, numa sociedade saturada de artificialismos» (p. 62).

O autor procura ainda caracterizar os tipos de turistas consoante a sua condição social e a sua relação com a própria condição de turista. Do protótipo do viajante, anterior à massificação do fenómeno, ao «pós-turista», Carlos Fortuna categoriza as práticas lúdicas, esgrimindo múltiplos argumentos que permitem ao leitor reconhecer semelhanças e dissemelhanças entre os que participam (todos?) nesta vasta manifestação contemporânea de mobilidade e de busca de realização pessoal.

Já o fenómeno dos peregrinos-caminhantes envolve uma noção de viagem algo distinta, porque implica uma ligação à espiritualidade mais individualizada e centrada na relação com o divino, embora ganhe contornos turísticos à medida que se institucionaliza e arrasta populações de curiosos dispostos a «ludificar a fé». O autor caracteriza os peregrinos-caminhantes inquiridos em Maio de 1991 no troço entre a Mealhada e Fátima e fornece-nos interessantes informações acerca desta população.

A terceira parte deste livro, «Paisagens», é constituída por textos de carácter experimental, tratando de questões exploradas de um modo

ensaístico. São paisagens olfactivas e sonoras que dão conformidade à experiência sensível dos indivíduos no seu quotidiano. O capítulo 5, «Paisagens olfactivas — a construção da sociedade trompe-nez», assenta na ideia de que historicamente se dá uma «despromoção social do olfacto» (p. 93). Esta ideia é reafirmada por Ruth Winter, que afirma que «os espaços públicos são extensivamente desodorizados e indiferenciados, perdendo-se, em consequência, uma das principais fontes da variedade da vida social pré-moderna» (p. 94).

Ora onde o fio do raciocínio de Carlos Fortuna nos leva é à descrição de Suskind, na mesma página, acerca dos maus cheiros insuportáveis para o homem moderno que encontramos nas cidades do século XVIII. E, aí chegados, somos levados a pensar que o que estará em jogo é antes de mais a anulação do «mau cheiro» como estratégia de afirmação de grupos que socialmente se distinguem pela conduta higiénica e que constroem assim, pela positiva, uma nova relação com o olfacto. O limpo e o perfumado fazem agora centralmente o caminho. A separação moral entre bons e maus odores servirá fundamentalmente para categorizar populações e práticas. Pergunta-nos o autor: «O que é hoje um mau cheiro para um bairro urbano?» (p. 99). É um mundo de investigações que se abre com esta simples questão. Cabe aos sociólogos ousarem.

Por fim, o capítulo 6, «Paisagens sonoras — sonoridades e ambientes

sociais urbanos», faz um levantamento das perspectivas que nas ciências sociais se encontram no tratamento das sonoridades, assim como das marcas sonoras que enformam uma cidade desde os tempos mais recuados até à nossa actualidade mais presente. Os objectos de ontem e de hoje e os sons que lhes são próprios têm um sentido social que os faz corresponder a uma época. Mas são também reconvertíveis. Ao mesmo tempo, novos sons resultantes de novos objectos mesclam as suas sonoridades com os outros já existentes, permitindo que as suas variadíssimas conjugações levem à especificação sonora consoante a zona da cidade ou do campo e consoante a época em que ocorrem.

O autor vai ainda mais longe e, autonomizando as sonoridades que correspondem já a mensagens articuladas, interroga-se acerca da possibilidade de falarmos de identidade sonoras para as cidades (p. 116). Os exemplos abundam, mas um bem elucidativo é-nos avançado por Carlos Fortuna: «A marca sonora do levantamento automático de dinheiro ou o som universal do pagamento com cartão de crédito, quer estejamos em Coimbra, ou em São Paulo, em Maputo ou Nova Iorque.»

Finalmente, interroga-se ainda acerca da possibilidade de falar de identidades sonoras das cidades e aí, fazendo uso da experiência autobiográfica, coloca três hipóteses de resposta afirmativa à ideia de uma identidade sonora para Coimbra: a velha

saudação académica É-FF-RRR-ÁÁ, o anúncio sonoro da saída do comboio para Alfarelos e a canção/fado de Coimbra.

As pistas são sedutoras. Fica a ideia para futuras investigações. E, embora o espaço de tratamento desta questão seja ainda residual na sociologia, tal como Carlos Fortuna salienta, o convite está em aberto. Dar lugar de investigação às questões que envolvem o domínio do sensível é tarefa nova no desenvolvimento da disciplina. Trata-se de uma matéria promissora, mas igualmente trabalhosa e arriscada.

LUÍS VICENTE BAPTISTA

*Mitchell Aboulafia, Myra Bookman e Catherine Kemp, Habermas and Pragmatism*, Londres, Routledge, 2002.

O livro em apreço constitui um contributo sem precedentes para a teoria social contemporânea. Com efeito, em *Habermas and Pragmatism* encontramos a primeira colectânea de artigos dedicada ao encontro entre uma das principais figuras do pensamento social europeu da segunda metade do século xx e aquela que é justamente considerada a única tradição filosófica distintamente norteamericana. Impõe-se, porém, uma

nota quanto à natureza teórica deste encontro. Na justa medida em que o edifício teórico construído por Habermas desde o início dos anos 60 foi sendo desenvolvido por recurso a uma estratégia sistemática de apropriações de contributos passados, oriundos de disciplinas tão diferentes quanto a filosofia, a psicologia, a sociologia ou o direito, tal «encontro» deve ser interpretado como uma experiência de aprendizagem movida por um interesse explícito — a construção de uma teoria social que dê conta dos processos de constituição e reprodução das sociedades pós-tradicionais do mundo ocidental.

Salvo as possíveis excepções de Dmitri Shalin e Richard Bernstein, os editores conseguiram recolher contributos dos autores mais prolíficos sobre a relação entre a versão habermasiana da teoria crítica e o pragmatismo. Este comentário é válido quer para o domínio do direito (Frank Michelman e David Ingram escrevem, aliás, artigos de particular relevância para o debate originado pela publicação, em 1992, de *Faktizität und Geltung*), da teoria política (Sandra Rosenthal compara as teorias da democracia de Habermas e de John Dewey a partir do ponto de vista do funcionalismo naturalista deste último, rejeitado liminarmente por aquele) ou da filosofia (salientaríamos, neste grupo de artigos, os contributos de Karl-Otto Apel e de Myra Bookman). O que ressalta da leitura deste conjunto de textos é a curiosa coincidência que faz com